



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

## POR QUE ENSINAR LIBRAS PARA ALUNOS OUVINTES NA ESCOLA REGULAR INCLUSIVA?

Sara dos Santos Rodrigues<sup>1</sup>  
Rosana Maria do Prado Luz Meireles<sup>\*\*</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho apresenta a relevância do ensino de Libras para alunos ouvintes de escolas regulares inclusivas. O mesmo é produto de uma dissertação de mestrado profissional em diversidade e inclusão em que se propõe responder ao seguinte questionamento: Como criar mecanismos de interações linguísticas entre surdos e ouvintes nas escolas regulares inclusivas? Para tanto, a atual pesquisa objetiva analisar a história da educação de surdos para compreender a atual oferta de educação inclusiva, investigando as contradições existentes entre o mesmo modelo e a orientação de uma educação bilíngue para alunos surdos, bem como, propõe-se a fundamentar a importância do ensino de Libras para crianças ouvintes na escola regular inclusiva como mecanismo de integração entre surdos e ouvintes. Como procedimentos do estudo foram selecionados livros e artigos acadêmicos sobre a história da educação de surdos, sobre educação inclusiva e sobre a importância da Libras para o desenvolvimento do aluno surdo. A reflexão teórica apoia-se em autores como Vygotsky, Sanchez, Skliar, Lacerda, entre outros. Como bases legais foram consultados documentos como Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração de Salamanca, Lei. 10.436/2002, Decreto 5626/2002, LDBEN 9493/96, entre outros. Os resultados mostram que o principal mecanismo para promover interação linguística nas escolas regulares inclusivas, é ensinar Libras a crianças ouvintes e desse modo, proporcionar melhor aproveitamento linguístico e social para ambos os grupos. Nessa perspectiva, a intenção de ensinar Libras para todos os alunos da escola tem o propósito de colaborar para uma sociedade inclusiva.

**Palavras-chave:** Educação de Surdos, Bilinguismo, Inclusão de Surdos

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão – CMPDI/UFF, formada em Pedagogia Bilingue pelo Departamento de Ensino Superior – DESU/INES e Especialista em Libras: Ensino, Tradução e Interpretação pelo Departamento de Letras da UFRJ. Tradutora Intérprete de Libras e Português do Departamento de Letras do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ – DL/IM/UFRRJ – saratils@gmail.com

<sup>\*\*</sup> Professora Dr.<sup>a</sup> Adjunta do Instituto Nacional de Educação de Surdos, membro do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão – CMPDI/UFF/INES rosanaprado.ines@gmail.com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

### ABSTRACT

The present work presents the relevance of the teaching of Libras to students who listen to regular inclusive schools. The same is the product of a professional master's dissertation on diversity and inclusion and begins in an attempt to answer the following question: How to create mechanisms of linguistic interactions between deaf and hearing in regular inclusive schools? To that end, the current research aims at analyzing the history of deaf education in order to understand the current model of inclusive education, investigate the contradictions between the same model and the orientation of a bilingual education for deaf students, To support the importance of the teaching of Pounds for hearing children in the inclusive regular school as a mechanism of integration between the deaf and the hearing. For the development of the study, books and academic articles on the history of deaf education, on inclusive education and on the importance of Libras for the development of the deaf student were selected. The theoretical reflection is based on authors like Vygotsky, Sanchez, Skliar, Lacerda, among others. As legal bases were used documents such as Universal Declaration of Human Rights, Declaration of Salamanca, Law 10.436 / 2002, Decree 5626/2002, LDBEN 9493/96, among others. It is concluded that the main mechanism to promote linguistic interaction in inclusive schools is to teach Pries to hearing children and thus to provide a better linguistic and social use for both groups and to base the ideology of having a truly bilingual society , Within a few years. With professionals working in the most diverse areas, able to receive and assist any deaf citizen. Offering to this, the full right to their citizenship.

**Keywords:** Deaf Education, Bilingualism, Inclusion of the Deaf



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

## **INTRODUÇÃO**

Com base em pesquisas bibliográficas feitas em cima dos estudos de Quadros, Skliar, Lacerda, Sanchez e outros, bem como, através de conhecimentos empíricos, é possível afirmar que existem ainda muitas lacunas no atual processo de inclusão escolar de alunos surdos, principalmente causados pelos entraves linguísticos que envolvem as relações cotidianas. A partir de minha experiência como professora de alunos surdos e intérprete de Libras, surge o seguinte questionamento: Como criar mecanismos de interações linguísticas entre surdos e ouvintes nas escolas regulares inclusivas?

Na tentativa de responder a este questionamento, o presente trabalho objetiva-se a analisar a história da educação de surdos como meio de compreender o atual processo de educação inclusiva para surdos, investigar as contradições entre a orientação de uma educação bilíngue para alunos surdos e a atual proposta de educação inclusiva bem como fundamentar a importância do ensino de Libras para crianças ouvintes na escola regular inclusiva como mecanismo de integração entre surdos e ouvintes.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO METODOLÓGICA**

Este estudo se origina de uma dissertação de mestrado profissional em diversidade e inclusão e caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e bibliográfica. A escolha por um pesquisa bibliográfica se fundamentou na afirmação de Gil (2002): “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador uma gama de fenômenos muito mais ampla do aquela que poderia pesquisar diretamente”. Com base na necessidade de reunir muitas informações históricas e documentais, optou-se conhecer a história da educação de surdos e as atuais propostas de inclusão por meio de livros, artigos e legislações.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Assim, este estudo propõe uma análise da história da educação de surdos para compreender as contradições do atual processo de inclusão de alunos surdos em escolas regulares. Para o desenvolvimento do estudo foram selecionados livros e artigos acadêmicos sobre história da educação de surdos e educação inclusiva. A importância da Libras para o desenvolvimento do aluno surdo se apoiou em autores como Vygotsky, Sanchez, Skliar, entre outros. Como bases legais foram utilizados documentos como Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração de Salamanca, Lei 10.436/2002, que oficializa a Língua Brasileira de Sinais, o Decreto 5626/2002, LDBEN 9394/96 entre outros. Por meio desta análise, tivemos a intenção de proporcionar maior familiaridade com o tema, de maneira a favorecer o surgimento de propostas para promover a integração linguística entre surdos e ouvintes na escola regular inclusiva.

## **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS E A NECESSIDADE DE ACESSIBILIDADE LINGÜÍSTICA**

A surdez é tão antiga quanto a humanidade e as concepções a seu respeito têm assumido diferentes vertentes ao longo da História e em diferentes sociedades. Entretanto, segundo Rocha (2007), o primeiro fato relevante sobre a educação de surdos ocorreu em 1755 quando, o Abade Michel de L'Epée fundou a primeira escola para crianças surdas na França. Em seu trabalho, não fazia uso da linguagem oral, pois segundo Silva (2006):

Para o abade, os sons articulados não eram essencial na educação de surdos, mas sim, a possibilidade que tinham de aprender a ler e a escrever através da língua de sinais, pois essa era a forma natural que possuíam para expressar ideias. (SILVA, 2006, p.22)

Portanto, ele se baseava nos sinais já utilizados pelos surdos e combinava-os à gramática francesa, com o objetivo de ensinar a ler, escrever, transmitir a cultura e dar



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

acesso à educação. Seu método teve sucesso e alguns anos depois, sua escola foi transformada no Instituto Nacional de Surdos e Mudos de Paris.

Contrapondo a isso, na mesma época de L'Épée, surge na Alemanha, Samuel Heinicke fundador da primeira instituição de surdos do país. Seu método de ensino era baseado no oralismo<sup>2</sup>, apesar de utilizar alguns sinais e o alfabeto digital. Samuel Heinicke, criticava os métodos utilizados por L'Épée e segundo Couto (2004) e Rocha (2007), inúmeras publicações registraram o debate público entre ambos, dentro do que acreditavam ser a melhor forma de se educar os surdos.

Outro importante personagem desse processo histórico, segundo Rocha (2007), foi Thomas Hopkins Gallaudet, morador dos Estados Unidos, que decidiu dedicar-se ao ensino dos surdos e partiu numa viagem à Europa, a fim de aprender sobre a metodologia utilizada no Instituto Nacional de Surdos e Mudos de Paris, e então, fundar uma escola em Hartford.

Depois de sua morte, um de seus filhos, Edward Miner Gallaudet, participou da fundação do primeiro colégio universitário para surdos, chamado Gallaudet School. Esta instituição, fundada em 1857, deu origem à Universidade Gallaudet, localizada na cidade de Washington DC, reconhecida como referência na educação de surdos até os dias atuais. A língua oficial da universidade é a American Sign Language - ASL.

A história da educação de surdos no Brasil iniciou-se através de E. Huet<sup>3</sup>, que de acordo com Rocha (2007), ao chegar ao Brasil, em 1855, enviou ao Imperador D. Pedro II um relatório no qual fazia alusão à criação de uma escola para surdos. Em 1857, foi

---

<sup>2</sup>Oralismo é uma concepção de ensino para surdos, defendida principalmente por Alexander Graham Bell (1874-1922) no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através da língua oral, ou falada.

<sup>3</sup> Segundo Rocha (2007), existem “inúmeros itens contraditórios da biografia do idealizador do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos. O próprio nome do idealizador tem sido objeto de dúvida. Todos os documentos por ele assinados (...) não revelam seu primeiro nome. Suas assinaturas tem apenas uma pequena variação ou E.Huet ou E. D. Huet.”



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

fundado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, hoje conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES – referência na educação de surdos do Brasil. Como é possível observar, o principal ponto de divergências e discussões ao longo da História da Educação de Surdos envolvia questões de concepções de aprendizagem, correntes filosóficas e metodologia de ensino. Neste panorama, acontece um dos principais marcos de toda a história da educação de surdos: O Congresso Internacional de Educadores de Surdos, em Milão, no ano de 1880. Neste Congresso, através de votação, ficou estabelecido que o Oralismo<sup>4</sup> deveria ser a principal orientação para o ensino de alunos surdos. As línguas de sinais foram proibidas e a educação de surdos passou por cem anos de privação da língua e da cultura surda. É importante destacar que, neste congresso, os professores surdos não tiveram direito ao voto. (SILVA, 2006; ROCHA, 2007)

A partir do Congresso de Milão, a educação das crianças surdas, na maior parte das escolas em todo o mundo, deixou de utilizar as línguas de sinais e a oralização passou a ser o principal objetivo dessa educação. No Brasil, não foi diferente. No INES também foi adotada a proposta oralista e seus objetivos estiveram voltados para o ensino da língua portuguesa oral dos alunos surdos como maneira de minimizar a deficiência e aproximá-los do padrão de normalidade ouvinte. Mas, a língua de sinais só foi proibida, oficialmente, em 1957(Rocha, 2007). Mesmo assim, ela continuou a ser utilizada pelos alunos nos pátios e corredores da escola, como forma de resistência por parte dos surdos em relação às novas regras educacionais estabelecidas sem sua aprovação.

---

<sup>4</sup> De acordo com Meireles (2010) o oralismo foi uma orientação pedagógica que determinou a soberania do uso da língua oral e a total proibição do uso da Língua de Sinais na educação de surdos. Esta corrente pedagógica acreditava que os surdos deveriam seguir o padrão de normalidade ouvinte e para tal, deveriam aprender por meio da oralização.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

No fim da década de 90, a língua de sinais volta a ocupar o espaço de protagonista no cenário de educação de surdos por meio do Bilinguismo, que com base em Goldfeld (1997,p. 42) é compreendido:

como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngüe, ou seja deve adquirir como língua materna a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como Segunda língua , a língua oficial de seu país(...) os autores ligados ao Bilingüismo percebem o surdo de forma bastante diferente dos autores oralistas e da Comunicação Total. Para os bilingüistas, o surdo não precisa almejar uma vida semelhante ao ouvinte, podendo assumir sua surdez. (GOLDFELD, 1997 p.42)

Entende-se que esta abordagem pressupõe mais que o uso e aquisição de duas línguas. É uma filosofia educacional que prevê profundas mudanças em todo o sistema educacional para surdos. Este tipo de educação consiste, em primeiro lugar, na aquisição da língua de sinais, entendendo que a mesma é primordial para a construção da identidade do indivíduo surdo. Que por sua vez, está inserido na grande comunidade de ouvintes, que se caracteriza por fazer uso de língua oral e escrita. Por isso, em segundo lugar, o surdo deve aprender a fazer uso da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita.

Entretanto, o movimento que defende o bilinguismo, inicia-se concomitantemente com o movimento que defende a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares. Segundo Meireles (2010), documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e Declaração de Salamanca apontam para uma nova organização escolar, como forma de expressão da crescente necessidade de se garantir uma educação inclusiva para todas as pessoas, independentemente de classe, raça, gênero, etnia ou deficiência, bem como o respeito à diversidade cultural e individual.

Outra característica importante destes documentos é o reforço da ideia de uma educação para todos e não apenas para aqueles com deficiência, mas também para os





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

que se encontram excluídos de alguma forma, em decorrência de condições raciais, econômicas e socioculturais.

No Brasil, os movimentos em direção à inclusão e ao respeito e reflexão sobre os direitos humanos, tiveram como mola propulsora, importantes movimentos como a Constituição de 1988. Outros documentos importantes afirmaram o movimento de inclusão no mundo. Dentre eles, podemos citar: A Declaração de Guatemala (1999) como produto final da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência; A Declaração de Dakar (UNESCO, 2001), no Senegal, que avaliou a década pós Declaração de Jomtien (UNESCO: 1998)<sup>5</sup>; e a Declaração de Cochabamba (UNESCO, 2001), na Bolívia, que contou com a participação dos ministros da Educação da América Latina e do Caribe para avaliar os últimos 20 anos da proposta de Educação da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO - (que inclui a Educação Inclusiva).

O que esses documentos possuem em comum, são as deliberações que indicam um caminho contrário ao da exclusão social, seja esta feita por causa da cor da pele, sexo, religião, deficiência, ou qualquer tipo de discriminação ou preconceito. A inclusão social propõe o respeito às diferenças e a garantia aos direitos humanos. Segundo Pintor (2017, p. 37), a inclusão se caracteriza, *“pela busca da sociedade e da escola em aceitar, acolher e se modificar para responder às demandas sociais e de aprendizagem das pessoas com e sem deficiência. Nesse caso, a sociedade e a escola passam a ver a deficiência com um olhar social.”*

---

5 Documento criado em Jomtien (Tailândia) em uma reunião promovida pelo Banco Mundial, com o objetivo de atender aos pedidos de diminuição da dívida dos países em desenvolvimento cuja solução encontrada foi obrigar os países a investir em Educação Especial. (Banco Mundial, 1997)





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Atualmente, segundo Meireles (2010) as Políticas Públicas de Educação Especial no Brasil apontam na perspectiva de uma educação democrática que atenda à realização humana. Desse modo, a Educação Especial, segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), é pensada abrangendo todos os níveis da educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio) e superior bem como a educação de jovens e adultos e a educação profissional, contempladas, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Dentro desta perspectiva, os alunos atendidos pela Educação Especial não se restringem aos alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, física/motora e múltipla), mas também aos alunos com condutas típicas, síndromes, alunos com altas habilidades/superdotação e todos aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem temporárias ou permanentes. Entretanto, diante de tantas demandas, efetivar a proposta de educação inclusiva dentro do sistema regular de ensino, tem sido um grande desafio.

Outros documentos oficiais, como Declaração de Salamanca e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 também defendem que a formação dos professores é fator primordial para a implementação da educação inclusiva. Nesse sentido, a Declaração de Salamanca, no item 39 normatiza os programas de formação de professores:

39. [...] deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário orientação positiva frente à deficiência, desta forma, desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançado nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e as habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades etc. Nas escolas práticas de treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada à preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

currículo e da instrução, no sentido de atender às necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais.

(SALAMANCA, 1994)

Isto significa que é papel do governo fomentar uma formação adequada aos profissionais envolvidos na escolarização do aluno com necessidades educativas especiais, possibilitando a este profissional, práticas educativas diferenciadas de modo a atender às necessidades de seus alunos e de seus pais, inclusive. Em consonância com tais perspectivas, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDBEN,nº 9.394/96 (atualizada em 2015) estabelece, em seu art. 59, inciso III, que:

[...] os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:  
 [...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

(LDBEN/96)

Isso significa que, a LDBEN reafirma o compromisso de formar e capacitar os professores a receber e atuar com alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns de escolas regulares.

Entretanto, no que tange ao ensino de surdos, é possível perceber algumas contradições existentes no processo de inclusão dos mesmos. Preocupa-nos constatar em pesquisas como as de WITKOSKI (2011) e LIMA (2004) que a maioria das escolas conta com um número ínfimo de professores bilíngues e que grande parte dos professores não possui vocabulário suficiente para manter um diálogo com seu aluno. Sabemos que o decreto 5626/2005 afirma a obrigatoriedade da disciplina de Libras no currículo de todos os cursos de licenciatura de Ensino Superior. Mas, fica clara a ineficácia dessa oferta quando se detecta o pouco ou nenhum conhecimento apresentando pelos professores ao se depararem com alunos surdos em escolas regulares inclusivas.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Essas lacunas, existentes na inclusão escolar de alunos surdos, não têm sido favoráveis por serem, segundo Lacerda (2006 p. 181), “muito restritiva para o aluno surdo, oferecendo oportunidades reduzidas de desenvolvimento de uma série de aspectos fundamentais (linguísticos, sociais, afetivos, de identidade, entre outros)” E que portanto,

A experiência de inclusão parece ser muito benéfica para os alunos ouvintes que têm a oportunidade de conviver com a diferença, que podem melhor elaborar seus conceitos sobre a surdez, a língua de sinais e a comunidade surda, desenvolvendo-se como cidadãos menos preconceituosos. Todavia, o custo dessa aprendizagem/elaboração não pode ser a restrição de desenvolvimento do aluno surdo. Será necessário pensar formas de convivência entre crianças surdas e ouvintes, que tragam benefícios efetivos para ambos os grupos.”(LACERDA, 2006, p. 181)

Isso significa que precisamos tratar a inclusão escolar como uma oportunidade de oferecer ferramentas linguísticas não só para os alunos com necessidades educacionais especiais, no caso, os surdos, como para os alunos ouvintes. Ou seja, a inclusão educacional de alunos surdos, preconiza, também, o aprendizado da Língua Brasileira de Sinais, por parte dos alunos ouvintes, de modo que haja uma real interação e formação de ambos os grupos. Visto que baseado em autores como Vygotsky(2001), é através da interação social, que os sujeitos se constituem como tal e esse processo ocorre por meio da linguagem.

**POR QUE ENSINAR LIBRAS PARA CRIANÇAS OUVINTES DA ESCOLA REGULAR INCLUSIVA?**

Segundo Vygotsky (2001), a linguagem é responsável pela estruturação de processos cognitivos e desse modo, a mesma se torna fundamental para a constituição do sujeito. É ela quem viabiliza o conhecimento e possibilita as interações sociais com



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

as quais, os sujeitos constroem identidades e se definem como indivíduos sociais, diferentemente dos animais.

Seus estudos apontam que a formação cognitiva de uma criança está diretamente relacionada a seus hábitos sociais e culturais pois são essas relações que determinarão a sua forma de pensar. Para Vygotsky (2001), linguagem não é apenas uma expressão do conhecimento adquirido pela criança, ela é a expressão da formação do pensamento e seu caráter.

Para o ser humano, a aquisição da linguagem tende a ocorrer de maneira natural pelo uso espontâneo da mesma em convívio com outros seres humanos. Entretanto, para as pessoas surdas, devido ao impedimento sensorial de receber as informações de maneira auditiva e pelo fato de conviverem em uma sociedade em que a maioria utiliza a língua oral, o desenvolvimento linguístico ocorre de maneira deficitária e com muitos impedimentos, resultando em sérias defasagens para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

Essa defasagem linguística, muitas vezes, resulta em dificuldade de contato com a língua do grupo social majoritário no qual estão inseridos, levando os indivíduos surdos à dificuldade de acesso às informações, aos saberes valorizados socialmente e, conseqüentemente, à participação social. De acordo com Lacerda (2006, p.165), esse atraso na aquisição de linguagem, por parte das crianças surdas, “pode trazer conseqüências emocionais, sociais e cognitivas, mesmo que realizem aprendizado tardio de uma língua”.

Como conseqüência desse atraso, as crianças surdas apresentam desenvolvimento escolar e conhecimentos também defasados, se comparados aos ouvintes de mesma faixa etária. Gerando, então, a necessidade de intervenções educacionais que favoreçam o desenvolvimento de suas capacidades.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Portanto, discutir a inclusão de surdos, implica em retomar a discussão de bilinguismo ou a manutenção de contextos bilíngues, que precisam ocorrer concomitantemente ao movimento da educação inclusiva. Pois, é preciso levar em consideração que a língua de sinais é a Primeira Língua/L1 dos surdos e assim, também é a partir dela que o sujeito surdo entrará em contato com uma segunda língua/L2, a língua predominantemente usada pelo grupo social ou ambiente escolar no qual ele será inserido.

Pensar em educação de surdos na atualidade requer considerar os mecanismos legais e políticos que afirmam seus direitos linguísticos e culturais, como por exemplo, a Lei 10.436/2002 que garante o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, como língua oficial da comunidade surda brasileira, língua esta, com estrutura gramatical própria e com aspectos linguísticos bem estabelecidos, conforme podemos observar na afirmação feita por Carlos Sánchez em entrevista à Revista Nova Escola (1993), onde o médico e pesquisador Venezuelano afirma que a língua de sinais pode ser considerada uma língua natural por:

cumprir com uma série de requisitos que todas as línguas naturais possuem – espanhol, português, alemão, inglês, polonês... a criatividade é um deles -, pode-se sempre dizer alguma coisa nova. Outro requisito é a combinação de partículas não significativas que, usadas de certa maneira, criam significação. Eu me refiro aos fonemas da língua oral e às configurações de mão na língua de sinais. Com 30, 40 configurações de mão, podem-se transmitir milhares de sinais significativos, como os fonemas da língua oral. A língua de sinais, que como as línguas nacionais, é diferente em cada país e até em regiões dos países, possui, além do mais, uma gramática toda própria, organizada e complexa e nos permite transmitir qualquer coisa. (SÁNCHEZ, 1993 p.18)

Por isso, classificar a língua de sinais como linguagem, mímica, ou, mera forma de comunicação, implica em minimizá-la e desprestigiá-la. E é defendendo o status de língua, que o Decreto 5626/2005<sup>6</sup> garante acessibilidade à comunidade surda, dispõe

<sup>6</sup> decreto que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

sobre a obrigatoriedade de Libras como disciplina obrigatória nos cursos de magistério em nível médio e superior, nos cursos fonoaudiologia, em todos os cursos de licenciatura, e no curso de Pedagogia. O Decreto também dispõe sobre a difusão e o uso da Libras e da Língua Portuguesa para promover o acesso das pessoas surdas à educação, quando afirma que:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

E para isso devem:

- I - promover cursos de formação de professores para:
  - a) o ensino e uso da Libras
  - b) a tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa; e
  - c) o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas;
- II - ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos;
- III - prover as escolas com:
  - a) professor de Libras ou instrutor de Libras;
  - b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa;
  - c) professor para o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas; e
  - d) professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade lingüística manifestada pelos alunos surdos; [...]
- V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos;
- VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa; [...]

Também é importante lembrar, que documentos oficiais que defendem o Programa de Inclusão e autores como Silveira Bueno (1994) afirmam que a escola deve oferecer suporte e assistência aos alunos incluídos e formação adequada a seus professores, para que a dinâmica de inclusão se efetive.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Entretanto, colocar em prática todas as propostas que englobam a inclusão escolar, tem sido um desafio que se impõe em diversas dimensões. A educação brasileira tem muito pouca experiência histórica com o ensino de alunos com deficiência. As pessoas tidas como diferentes da sociedade, por muito tempo, estiveram isoladas dos contextos educacionais e isso resultou em pouca experiência com a diversidade.

Sendo assim, a inclusão vem propor uma nova postura e uma nova cultura escolar, onde muitos desafios se impõem todos os dias. No caso da grande maioria das deficiências, devem ser consideradas as barreiras arquitetônicas, metodológicas, atitudinais, econômicas, entre outras.

No entanto, no caso dos surdos, precisamos considerar uma barreira extremamente significativa que é a linguística. As línguas são o principal elemento de constituição de um povo, sua identidade e cultura. E quando existe uma barreira linguística, precisamos considerar que existem sérios impedimentos na constituição do ser humano enquanto ser social. Então, no caso da educação de surdos, o grande desafio imposto à proposta de inclusão é encontrar caminhos que possibilitem romper a barreira linguística entre alunos surdos e ouvintes.

Assumir que a escola precisa mudar para receber as crianças surdas, significa aceitar a responsabilidade de que todos precisam se adequar às suas necessidades, que no caso do surdo, seria propor que todos os membros da comunidade escolar se tornassem usuários de língua de sinais, começando pelo grupo social em que o aluno surdo está diretamente inserido. Grupo com o qual as crianças surdas são iniciadas em suas primeiras e mais marcantes experiências. Esse grupo seria constituído por todos os outros alunos da escola, todas as crianças que constituem a comunidade escolar, com as





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

quais devem ser possibilitadas as mais diversas experiências e compartilhamento de saberes.

Portanto, propor caminhos para oferta de educação inclusiva em uma perspectiva bilíngue, implica em criar estratégias que promovam o aprendizado da língua brasileira de sinais por toda a comunidade escolar. Nesse ambiente, destacamos a importância de pensar em estratégias de ensino e aprendizagem de Libras para os alunos ouvintes, uma vez que esses constituem a maioria da comunidade escolar e são potencialmente os cidadãos formadores de uma sociedade inclusiva. Essas estratégias podem ser utilizadas de acordo com metodologias elaboradas pelas escolas. Muitas possibilidades podem ser pensadas como: aulas, oficinas, minicursos, projetos, entre outros meios que promovam o acesso à língua brasileira de sinais.

Desse modo, é possível traçar um caminho, a médio e longo prazo, para uma sociedade que aceite e saiba dialogar com as diferenças. Contribuindo, para a formação de sujeitos bilíngues e aptos a interagirem socialmente com os indivíduos surdos, sem que os entraves linguísticos predominem e promovam isolamentos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao final dos estudos, conclui-se que ensinar Libras a crianças ouvintes das escolas regulares inclusivas é a principal forma de criar meios de integração entre surdos e ouvintes e desse modo, proporcionar um melhor aproveitamento linguístico e social para ambos os grupos. Nessa perspectiva, a intenção de ensinar Libras para todos os alunos da escola tem o propósito de colaborar para uma sociedade inclusiva.

Ao considerarmos que todos os cidadãos e futuros profissionais passam pela instituição escolar, podemos prever que o contato com a Libras, tendo sido ofertando e possibilitado desde a educação básica, contribuirá significativamente para a existência de cidadãos bilíngues atuantes nos mais diversos ramos da sociedade. Com profissionais



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

atuantes nas diversas áreas, aptos a receber e atender a qualquer cidadão surdo, pode-se vislumbrar a possibilidade de uma sociedade mais humana e democrática no que se refere às relações estabelecidas com indivíduos surdos. Afinal, como afirma CRUZ (2013):

A inclusão escolar deve traduzir um conjunto de reflexões e ações que garantam o ingresso, a permanência e a saída de todos os alunos, devidamente instrumentalizados para a vida em sociedade. Caso contrário, pode-se, a pretexto de promoção da inclusão, confirmar práticas pedagógicas excludentes ou, no mínimo, dissimuladoras de uma realidade que prima pela exclusão...

CRUZ (2008, p. 28)

Deste modo, faz-se necessário refletir sobre a formação na escola pública em seus mais diversos aspectos e pessoas envolvidas. Incluir alunos surdos significa pensar em uma escola linguisticamente acessível e isso somente será possível quando todas as pessoas constituintes do ambiente escolar, tiverem a oportunidade de conviver e aprender a língua de sinais e que por meio dela possam estabelecer relações significativas com alunos surdos.

Assim, percebe-se que durante a história da educação de surdos, a escola regular não acumulou experiências históricas com os indivíduos surdos e que a proposta de inclusão educacional é recente em nossa sociedade, necessitando ainda de muitas reflexões e práticas que se apoiem mutuamente. Na intenção de contribuir para a inclusão de alunos surdos por meio da acessibilidade linguística, pensou-se na proposta da criação de um currículo de Libras para os alunos ouvintes indo ao encontro da necessidade de acessibilizar o ambiente escolar, torna-lo visual, interativo e proporcionar a participação autônoma de alunos surdos.

Ao final do estudo foi possível afirmar que a proposta de criação de um currículo de Libras para ouvintes tem potencial para contribuir para a inclusão escolar e social.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9.394/1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [www.mec.seesp.gov.br](http://www.mec.seesp.gov.br)

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10436, 24 abr.2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – e dá providências. Diário Oficial da União. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005, Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras Diário Oficial da União. Brasília, 2005.

COUTO, Álpia Lenzi. Cinquenta anos: uma parte da história da educação de surdos. Vitória: AIPEDA, 2004.

CRUZ, G. C. Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo. Londrina: EDUEL, 2008.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. – 4 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sóciointeracionista. São Paulo: Plexus, 1997.

Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais Brasília, DF: MEC/SEF, 1996.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência in: Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006 163  
Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf> acesso em 02/05

LEMOS, Maria Teresa Guimarães de. A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem. 1994. 166f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000076370>>. Acesso em: 15 mar. 2017.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

LIMA, Maria do Socorro Correia. Surdez, bilinguismo e inclusão: entre o dito, o pretendido e o feito. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, Campinas, 2004.

MEIRELES, Rosana Maria do Prado Luz. Educação Bilíngue de alunos surdos: experiências inclusivas na Escola Municipal Paulo Freire, Niterói (RJ). Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PINTOR, Nelma Alves Marques. Educação Inclusiva

SILVA, V. et al. Educação de surdos: Uma Releitura da Primeira Escola Pública para Surdos em Paris e do Congresso de Milão em 1880. In: QUADROS, R. M. (Org.). Estudos surdos I. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2006. p.324.

ROCHA, Solange. O INES e a Educação de Surdos no Brasil: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150anos. Rio de Janeiro: INES, 2007

SANTOS, Mônica Pereira dos. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: conseqüências ao sistema educacional brasileiro. In: Revista Integração: Brasília – DF, Ano 10, n.22, 2000: 34-40.

SANCHEZ, Carlos. “Vida para os Surdos-Carlos Sanchez” - (Reportagem feita pela revista Nova Escola de setembro de 1993, por Carlos Mendes Rosa) REVISTA NOVA ESCOLA. Ano VIII. Número 69. Setembro de 1993. S.P

Disponível em: <https://books.google.com.br/books?isbn=8538717154> acesso 04/05/2017

SILVEIRA BUENO, J.G. A educação do deficiente auditivo no Brasil. In: *TENDÊNCIAS e desafios da educação especial*. Brasília, DF: SEESP, 1994.

SKLIAR, Carlos. (Org.). Atualidades da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.

UNESCO. DECLARAÇÃO DE COCHABAMBA. Educação para todos: Cumprindo nossos compromissos coletivos. Bolívia. UNESCO, 2001.

\_\_\_\_\_. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Necessidades Educativas Especiais – NEE In: Conferência Mundial sobre NEE: – UNESCO. Salamanca/Espanha: UNESCO 1994.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

---

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

\_\_\_\_\_. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. – Jomtien: Tailândia – UNESCO, 1998.

\_\_\_\_\_. Educação para Todos: O Compromisso de Dakar. Brasília: Ação Educativa, UNESCO, CONSED, 2001

VIGOTSKI, L.S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WITKOSKI, Silvia Andreis. Educação de surdos e preconceito: bilinguismo na vitrine e bimodalismo precário no estoque. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.